

*Juliano, o apóstata*  
**e a entrada dos francos no império romano,  
primavera de 358**

Prof. Ms. Eduardo Fabbro

Mestre em História Social  
Universidade de Brasília - UnB  
[eduardofabbro@hotmail.com](mailto:eduardofabbro@hotmail.com)

**Resumo**

O artigo examina um relato sobre o contato entre francos e romanos contido na obra de Amiano Marcelino. A passagem, que coloca em contato os francos sálidos e Juliano, então César na Gália, é bastante confusa, e deixa uma série de questionamentos. O objetivo deste é propor algumas soluções para estas questões, valendo-se para tal de uma leitura do contexto da Gália e das relações políticas de meados do séc. IV, assim como da situação geral da migração franca e das formas romanas de recepção deste movimento.

Palavras-chave: Amiano Marcelino, migração franca, bárbaros no império romano.

**Abstract**

This paper analyses the account of contacts between Franks and Romans present in Ammianus Marcellinus' work. That account, which puts together the Salian Franks and Julian by the time of Caesar in Gaul, is rather confusing, and leaves a number of questions open. The aim of this paper is to propose some answers to such questions by using an analysis of the context in Gaul and the political relationships in the second half of the fourth century, as well as the general scene of Frankish migration and the Late Roman mechanisms of reception.

Keywords: Ammianus Marcellinus, Frankish migration, barbarians in the Roman Empire.

I.

A entrada dos francos no império romano foi um movimento de longa duração, de expressões variadas, que alterou a ocupação do espaço no norte da Gália, criando uma zona de transição entre as populações e culturas da Gália central e da Germânia interior. Esta zona intermediária, situada ao norte do Meuse e a oeste do Reno, foi o berço de uma nova cultura, resultado da fusão de modos de vida mediterrânicos com um horizonte cultural que unia o mundo báltico e escandinavo às estepes. A essa cultura, a que normalmente se chama de *Reihengräberzivilisation* – por conta de seus cemitérios em linha –, atribuímos os germes da cultura medieval (Geary 1988: 74-5).

O princípio deste movimento dos francos para dentro do império romano é difícil de discernir. Por um lado pelo silêncio de nossas fontes, estritamente romanas, que pouco se interessaram pelo movimento dos bárbaros em seus primeiros anos. Por outro lado, por ser um movimento de uma grande amplitude, que conjugou ao movimento populacional, lento e gradual, para dentro da fronteira, com outras modalidades de acesso, por vezes individuais ou em pequenos grupos, que longe de tangenciar a fronteira, mandava francos para as mais diversas regiões do império, como soldados de Roma.

O episódio que nos interessa aqui é ligado particularmente a esse movimento populacional lento e gradual, pelo qual os francos foram ocupando a margem direita do Reno. Amiano Marcelino nos conta uma história do imperador Juliano. Na primavera de 358, Juliano, a pouco nomeado César, estava na Gália resolvendo problemas com os bárbaros no *limes*, quando, ao chegar em Tongres, recebe uma delegação de francos. Estes, imaginando ainda encontrar Juliano em seus quartéis de inverno, enviaram uma embaixada para negociar com o César. Os francos – especificamente aqueles que tradicionalmente os romanos chamavam de *sális* (*salii*) – haviam ousado se estabelecer em território romano, na localidade obscura de nome *Toxiandria*. Seus delegados, no entanto, queriam apenas ser deixados em paz, alegando viver sob a lei do César (*sub hac lege*) nas terras onde já se haviam estabelecido. Juliano os recebe, ouve suas propostas e os despacha com presentes e alguma espécie de tratado. No entanto, nos relata Amiano, um tratado confuso e de palavras dúbias, que nenhum dos enviados compreendeu claramente. Assim que os enviados partiram, no entanto, Juliano organizou um ataque relâmpago contra os francos. Se valendo da surpresa, o César enviou seu *dux* Severo pelo rio, atacando a massa dos francos. Estes, ao invés de pegarem armas para resistir, optaram por se entregar e clamar por clemência. Juliano nos conta por fim Amiano, aproveitou sua vitória para mostrar misericórdia, recebendo a rendição dos francos com seus bens e suas famílias (Am. Marc. *Rer. Gest.* XVII, 8, 3-4).

O objetivo desse artigo é propor algumas respostas a questões que esse episódio levanta. O relato de Amiano nos propõe uma questão central: por que teria Juliano se valido desse truque sujo para subjugar um grupo de francos que claramente já havia se submetido as suas leis? Falta-nos um motivo, uma razão, para a atitude do César. A dificuldade de se entender uma atitude, uma postura, uma idéia exige do historiador uma leitura aprofundada do contexto. O comportamento de Juliano foi simplesmente um golpe baixo, um ato de astúcia? Ou existe no relato sobre o ataque de Juliano algo a mais, uma significação outra que necessitaríamos para compreender o que tal situação deveria significar para seus contemporâneos?

Para responder tais questões, será necessária uma leitura mais ampla da situação. Partiremos de um quadro geral dos movimentos de populações no norte do império romano, situando os francos em um processo longo de fluxo humano no interior do continente europeu. Uma vez situados, analisaremos o contexto do império no momento em que Juliano parte para a Gália, buscando compreender as motivações do César ao lidar com os francos. Por fim, apresentaremos as modalidades comuns de resposta romana aos imigrantes, a fim de estabelecer as possibilidades que Juliano tinha a sua disposição para lidar com a situação na Gália. Então, retornaremos ao episódio de Amiano Marcelino, e proporemos uma possibilidade de significação das ações do César ante os francos.

## II.

Desde a transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro na Gália, o Reno representava uma fronteira entre os povoamentos da Gália e da Germânia além. O grande rio marcava o limite norte da influência da cultura mediterrânica, limite impresso na cultura material, na organização social e nas relações entre povos. O contato com o horizonte cultural mediterrânico atraiu os povos da Gália para dentro de um vasto sistema de interdependências, gerando uma estratificação social marcante, através do acesso mais fácil a bens de prestígio. Para além do Reno o dinamismo mediterrâneo perdia força, o que imprimiu em tais sociedades características particulares. Pois, não apenas a cultura e os produtos mediterrâneos ficaram afastados da Germânia, como toda a Gália, voltada para o sul, se isolou do norte. A margem esquerda do Reno tornou-se um outro mundo. Não por coincidência, o rio foi a fronteira definitiva para Roma: para além do alcance cultural do Mediterrâneo restava um mundo estranho, onde o poderio romano nunca encontrou sustentação (Hedeager 1987: 126).

A riqueza do mundo mediterrânico, por sua vez, foi sempre um chamativo para os povos da Germânia. Estes estavam isolados do comércio profícuo que ligava a Gália não só a Itália, mas também ao norte da África, ao Levante e mesmo ao Oriente, comércio este que trazia não só um grande número de bens, muitos de grande praticidade como o azeite, mas também técnicas agrícolas e urbanísticas. Na margem direita do rio, poderiam observar a opulência das cidades e das *villae* romanas, a fertilidade dos campos e o conforto dos homens.

A resposta dos germanos foi muitas vezes a invasão e o saque. Mas, sobretudo no correr do séc. IV, os germanos optaram cada vez mais a migração e a integração. O exército romano tornou-se o grande veículo pelo qual este processo passou a tomar lugar. Indivíduos isolados e pequenos bandos guerreiros se submetiam ao domínio do imperador e passavam a lutar por Roma, não raro causando ódio de seus antigos conterrâneos.

Podemos perceber nas fontes alguns sinais de uma migração franca consistente para as cidades do norte do império. Um caso pode exemplificar esta situação. Em um relato de Amiano Marcelino, temos um certo Silvano, *pedestris militiae recto* – um comandante de infantaria – de origem franca, que em 355 recebe a missão de pacificar a Gália (Am. Marc. *Rer. Gest.* XV, 5). Envolvido em um golpe de política palaciana, ele é acusado de usurpador e acaba morto por autoridades imperiais. Enquanto nos informa do infortúnio de Silvano, Amiano nos conta que, a época, Colônia possuía uma comunidade franca numerosa e influente no palácio (XV, 5.11).

Uma imagem clara da migração franca para o império romano é difícil de estabelecer. Muito usualmente, os imigrantes francos adotavam os modos dos romanos, integravam-se às cidades e escolhiam nomes romanos para si e para seus filhos. Foi o caso do pai de Silvano, franco de origem que lutou ao lado de Constantino (XV, 5.33), o Grande, adotou o nome latinizado de *Bonitus*, se converteu ao cristianismo e deu ao filho o nome latino *Silvanus*. Nomes francos entre os romanos, por tal, aparecem de maneira esporádica, como, por exemplo, o nome Genovefa, dado a futura Virgem de Paris, nascida no início do séc. V na paróquia de *Nymptoderinse*, atualmente Nanterre, a 3 km do centro de Paris. De nome franco (Rouche 1996: 123), filha de uma mãe de nome franco, Geroncia (ou *Gerontia/Geruntia*) e um pai de nome claramente romano, *Severus (Vita Genovefae Virginis Parisiensis, 1)*. Mas, esses nomes ocasionais, se indicam uma presença franca, pouco nos dizem sobre o volume dessa migração.

Ao lado desse processo constante de migração franca para dentro do império, provavelmente realizado em pequenos grupos e em ritmos variáveis, temos um processo mais impressionante: o avanço do povoamento franco nas bocas do Reno para dentro do território romano. Frente a um recuo da população romana após as crises do séc. III, vários grupos atravessaram o Reno, preenchendo lentamente os espaços vazios da fronteira norte do império. Esse movimento populacional, que imaginamos lento e gradual, aparecem nas fontes romana no séc. IV, no momento em que finalmente atrai a atenção de uma alta autoridade romana, o futuro imperador Juliano, então César na Gália. Ao que tudo indica, durante a guerra civil resultante da queda de Constans (350-353), um povoamento franco fixou-se definitivamente ao norte de Meuse, a oeste do Reno.

### III.

Juliano havia sido elevado a César por Constâncio II a fim de garantir a segurança da Gália, que se encontrava constantemente vítima de incursões vindas da margem esquerda do Reno, enquanto este enfrentava o desafio dos persas sob o comando de Sapor. O desarranjo das defesas no Ocidente, fruto das guerras intestinas da sucessão de Constântino, o Grande, favoreceu a entrada freqüente de bandos guerreiros através do Reno, sobretudo a partir do alto Reno – i.e. por conta dos alamanos. Ocupado no Oriente, não restava a Constâncio que nomear um César para restabelecer a fronteira no norte. A escolha do Imperador foi Juliano, herdeiro da casa de Constantino por uma linha colateral. Juliano, assim como seu meio irmão Gallus, provavelmente sobreviveu ao massacre na família real de 323 por serem muito jovens.

Juliano se torna César em 355 com o objetivo de restabelecer Colônia e pacificar a fronteira norte. Seus adversários imediatos seriam os alamanos, em suas constantes investidas pelo alto Reno e os francos que, além de atacar de quando em vez os campos da Gália, haviam se estabelecido em território do império. Seu verdadeiro desafio, no entanto estava longe de ser a guerra contra os bárbaros. Estava, sim, em sua sobrevida no império. Poucos anos antes, seu meio irmão Gallus havia sido também elevado a César por Constâncio II, a fim de, sediado em Antioquia, cuidar da fronteira oriental enquanto o imperador enfrentava o usurpador Magnêncio no ocidente. Em 353, uma vez a situação do ocidente resolvida, o imperador mandou prender Gallus e o executou. Mesmo que, enquanto César, o meio irmão de Juliano tivesse cometido diversos abusos e criado inimigos poderosos no oriente, mas o que gritava aos ouvidos de Juliano, quando assumiu o título de César não foi isso; mas sim

o fato que Gallus havia vivido mais que sua utilidade para o imperador. É bastante provável que Constâncio tenha eliminado o César por ser um concorrente dinástico que não mais seria útil para ele; Juliano sabia bem disso.

Dessa forma, Juliano quando marchou para Gália, além de ter que dar combate aos germanos, tinha que fortalecer sua posição o suficiente para sobreviver à investida de Constâncio uma vez que se tornasse indesejado. As duas tarefas são menos contraditória que parecem. Claro que o dano casual da escaramuça com os germanos poderia enfraquecer o exército do ocidente – único garante que poderia contar Juliano caso o imperador se voltasse contra ele. Mas, para além desses desgastes, havia a moral da tropa, e a fidelidade que tradicionalmente o general vitorioso consolidava entre seus soldados. E ainda mais importante: a guerra na fronteira era uma grande fonte de recrutas.

#### IV.

Sabemos que, sobretudo a partir do séc. III, bandos guerreiros atravessavam frequentemente o *limes* para dentro do império romano. Estes bandos atacavam os campos e as *villae* menos protegidas, levavam alimentos dos campos ou silos e quaisquer itens de valor que encontrassem. Sabemos também que eles não tinham engenhos de sítio que os permitissem tomar as cidades fortificadas, onde encontrariam a maior parte dos grãos estocados e o ouro. Privados das cidades, os invasores ficam à mercê do clima. O inverno cortava-lhes as forças, enquanto o exército romano valia-se da logística primorosa que as fortificações e estradas podiam fornecer. Era uma questão de tempo para os invasores – cansados e debilitados – serem acossados pelos romanos e derrotados.

Mas e então? Qual era o destino dos guerreiros batidos? Vários eram mortos, é fato, mas um grande número se rendia e se colocava à disposição do general vencedor. Raramente se fornecia aos derrotados o *foedus*, tratado formal que Roma estabelecia com nações estrangeiras. Realizado usualmente entre o imperador e o rei ou chefe bárbaro – este, por vezes, imposto aos bárbaros pelo poder romano – o *foedus* era uma garantia exigida pelos romanos a seus vizinhos. Incluía certas obrigações como envio de recrutas e abster-se de afrontar as vontades do império. O *foedus*, no entanto, não poderia ser aplicado a bandos guerreiros no império: como o *foedus* reconhecia um estado estrangeiro, usá-lo para povos dentro do *limes* seria reconhecer a existência de um estado dentro do estado romano – tal absurdo jurídico não poderia acontecer, ao menos, não antes de 418. (Burns 1994: 14-5).

A forma habitual de recepção dos bárbaros como novos recrutas era a *receptio*. Este instrumento jurídico dava conta da integração no império de estrangeiros, fossem os *dediticii*, fossem voluntários. Os *dediticii*, literalmente os *derrotados*, eram os guerreiros que haviam sido vencidos pelo império e a ele se rendido. Durante o séc. IV, quando a população se rareava nos campos, o reaproveitamento de tropas, fosse de bárbaros, fosse de usurpadores tornou-se uma necessidade. Vencidos os comandantes rebeldes, as tropas poderiam ser recebidas de volta – ou, no caso dos bárbaros, aceitas – no exército imperial (op. cit.: 11). A *receptio* era um processo usual de fronteira, normalmente levado a cabo pelo representante romano na região. Ainda assim, era um processo que portava um valor simbólico grande e por tal trazia um ritual preciso para sua execução, particularmente quando o receptor romano se tratava do próprio imperador. Vejamos alguns exemplos.

Começamos com um exemplo de Constâncio II, contemporâneo a Juliano. Em 358, o mesmo ano em que o César lidava com os francos no Reno, o imperador enfrentava os *Sarmatas* e *Quadi* no Danúbio. Após o choque entre exércitos, um certo Zizais, dentre os príncipes *Sarmatas* tomou a frente e, prostrando-se no chão, implorou por misericórdia. Apelando à piedade do Augusto, foi lhe concedido a levantar-se e submeter-se. O nobre bárbaro fez-se de joelhos, e assim implorou perdão por todos seus crimes. Uma vez garantida a graça a Zazais, todo o corpo do exército bárbaro prostrou-se de semelhante forma. Felizes por salvarem suas vidas, aceitaram os duros termos romanos, e colocaram-se à disposição de Constâncio, entregando-lhe suas próprias pessoas e se dispondo prontos para futuras ordens (*Rer Gest.* XVII, 12, 1-12).

Alguns anos depois, em 378, temos um outro confronto, alguns dias de viagem ao norte, no alto Reno. Certos alamanos, chamados *Lentienses*, valendo-se da desorganização momentânea do império pelo advento dos godos no oriente, romperam tratados de longa data, cruzaram o Reno, ainda congelado em fevereiro, e atacaram os campos romanos. A resistência local impôs um custo em sangue aos alamanos, mas estes, sabendo que a massa do exército havia marchado ao encontro de Gratiano, então co-Augusto, que se encontrava no Illyricum, concentraram suas forças em uma invasão de larga escala. O Augusto, assustado com as novas, enviou de volta certas unidades que havia despachado para a Pannonia, e mobilizou unidades de reserva na Gália, colocando-as sob o comando do prudente *dux* Nanieno e do exaltado Mallobaudo, *dux* romano e *rex* franco. Após duro combate, os bárbaros, acucados em seus últimos refúgios montanhosos, prensados de um lado pelas tropas de Nanieno e Mallobaudo, e por outro lado pelas tropas de Gratiano, que animado pelo sucesso de seus generais cruzara ele mesmo o Reno em perseguição aos bárbaros, os alamanos imploraram pela paz e se rederam. A paz foi concedida em troca de recrutas para o império romano (*Am. Marc. Rer. Gest.* XXXI, 10, 1- 17).

A fórmula parece bem clara nos dois exemplos acima. O processo que culminaria na *receptio* dos bárbaros, na sua aceitação dentro do império atravessa três fases distintas. Uma primeira fase de confrontação de exércitos, uma segunda fase submissão e humilhação frente ao poderio romano e, por fim, a recepção em termos ao serviço romano. Estas fases possuem um grande valor simbólico para a validação desta situação. Não somente elas devem tomar lugar, como devem ser encenadas segundo uma tradição. O ritual, o simbólico, traduz a prática social da dominação em efeitos de legitimidade (Balandier 1980: 16-7).

A primeira fase requer uma contraposição das forças envolvidas. O embate busca provar uma superioridade do exército romano sobre os bárbaros. Interessante, no entanto, ressaltar que esse embate não tem que ser real, podendo ser unicamente simbólico. Por diversas vezes vemos o encontro dos dois exércitos resultar diretamente na submissão. Em uma passagem também de Constâncio, em 358, vemos o imperador posicionar suas tropas contra os *Limigantes*. Mas, nas palavras de Amiano Marcelino, o surgimento do exército romano os impactou como um raio, e os bárbaros rapidamente se renderam, implorando por suas vidas. Um tributo anual foi acertado, assim como o envio de recrutas para o exército (*Am. Marc. Rer. Gest.* XVII, 13, 3).

As duas últimas fases fazem parte de um mesmo ato simbólico. O líder dos bárbaros, seja qual for sua natureza, seguido de seus homens se prostra ante o comandante romano. Ajoelhado, ele pede misericórdia e perdão por seus erros. É a *deditio*, a rendição oficial ao poder romano. Neste momento cabe ao comandante, sobretudo se este for o próprio imperador, mostrar sua piedade, aceitando a submissão

do bárbaro. Dignifica o imperador receber na civilização os bárbaros. Não por menos, foram constantes as moedas comemorativas portando a imagem de um soldado romano conduzindo um bárbaro para fora de uma cabana ou para dentro do império. A *receptio* era um ato visto como nobre que engrandeceria o imperador (Burns 1994: 11- 4). Garantida a recepção, eram impostas aos líderes obrigações para com Roma e, usualmente, o envio de tropas, na maioria das vezes retiradas do próprio exército derrotado.

## V.

Uma vez contextualizada a ação de Juliano, podemos tentar compreender as atitudes do César. Quando este assume a responsabilidade de apaziguar a Gália, ele sabe que sua posição como César é delicada, e que o destino de Gallus, seu meio-irmão pode facilmente vir a ser o seu. Ele sabe que Constâncio precisa de seus serviços enquanto a Gália estiver em perigo, e enquanto a ameaça no Oriente continuar exigindo todos os esforços do imperador. Mas seu futuro é incerto. Ele sabe que chagará o momento em que terá de disputar a púrpura com Constâncio, e sabe que tem que estar preparado para tal.

Dessa forma, podemos observar como, enquanto vai batendo os bárbaros um a um, Juliano vai fortalecendo sua posição no exército e vai incorporando tropas auxiliares. Foi tal a política do César ao enfrentar um grupo de seiscentos francos que havia atravessado o Meuse e pilhava áreas indefesas no interior, em 357, no ano anterior ao ataque aos sális. O imperador não fez mais do que afugentar os bárbaros, que se protegeram em fortificações abandonadas na região. Depois de um longo cerco – por 45 dias os francos resistiram, nos duros meses de dezembro e janeiro – os francos se entregaram e foram incorporados ao exército (Am. Marc. *Rer. Gest.* XVII, 2).

Quando Juliano sobe ao Meuse para lidar com os francos ali estabelecidos, sua preocupação não é a violação de território pelos bárbaros. Herwig Wolfram coloca com muita pertinência que mesmo que o império romano pudesse ter territórios arrancados por conquista bárbara (*amittere*), só poderia abandonar territórios (*intermittere*) para outros impérios – os bárbaros que entram em vazios do império, não tiram partes deste, no máximo possuíam o *possessio*, mas nunca o *dominium* em termos constitucionais ou legais (Wolfram 1997: 62). A presença dos bárbaros dentro dos limites romanos, uma vez que fosse pacífica e que não causasse mal-estar algum na população, pouco preocupava o governo romano: no mais, estes colocavam em valor terras que estavam abandonadas pelo constante problema da redução da população. Não é por menos que, nos finais do séc. IV, a mesma população franca no norte, assentada e produtiva, foi objeto do panegírico de Claudiano a Stilicho, que exaltava o *magister militiae* por ter feito férteis os campos abandonados do norte, se valendo dos sális que havia “domesticado” (Claudianus. *Pngy. Stilicho* I vv. 222-224).

O objetivo de Juliano é recrutar francos para seu exército. Independente da experiência anterior que o César tivera com francos, certamente ficou impressionado com os recrutas que havia adquirido em 357 – os francos gozavam de uma vasta reputação de grandes guerreiros no império. Assim, temos o primeiro ponto de nossa pesquisa: Juliano ruma para negociar com os francos na primavera de 358 para obter uma fonte de recrutas para o exército, recrutas esses que fortaleceriam a fronteira

norte e, sobretudo, posicionariam o César para uma possível (e provável) disputa com Constâncio.

Quando se dirige para o Meuse, no entanto, Juliano é surpreendido por uma delegação de francos. Qual era o objetivo dos francos? Eles buscavam simplesmente evitar o confronto com as autoridades romanas, afirmando viver em paz em terras que viam já como suas. Mais do que isso, eles propunham aceitar as leis romanas. A proposta da embaixada franca é bastante cabível pela lei romana: os francos, ameaçados pela presença do exército na região, simplesmente queriam oficializar uma condição que se estabelecera já de fato a algum tempo, o que nos garante o uso que Amiano Marcelino faz do advérbio *olim*, “em algum momento do passado” quando se refere a instalação dos francos em terras romanas. Este é o segundo ponto de nossa pesquisa: os francos se viam no direito de estarem instalados em suas terras, e queria apenas o reconhecimento deste direito.

A proposta dos francos, no entanto, coloca Juliano em uma situação complicada. Seu objetivo era incorporar francos ao exército: seu plano era enfrentar um exército franco qualquer, impor-lhes uma derrota, e levar a frente o processo de *receptio*. Mas como ele poderia fazê-lo se os francos haviam se adiantado a oferecer termos ao César? Ele não poderia aceitar um contingente de recrutas sem que estes fossem devidamente absorvidos pelo processo de *receptio*. E ele não teria a *receptio* sem colocar no campo os exércitos, sem impor aos francos a *deditio*, a rendição.

Desta forma, restava para Juliano uma saída em que ele manteria a tradição e obteria seus recrutas. Em primeiro lugar, ele se livrou da embaixada franca sem lhes dar qualquer resposta clara. Em vez disso, os encheu com algum palavório e os presenteou – sempre aconselhável quando lidando com germanos. Com isso garantiu que o processo de *receptio* continuasse aberto e evitou que os francos se preparassem para a ofensiva romana. De imediato, ordenou a Severo, um de seus *duces*, para colocar o exército no campo e dar combate aos francos. Os bárbaros, confusos, preferiram se render a oferecer combate – nada surpreendente visto que estes buscavam a aceitação mais do que qualquer coisa – e se entregaram à mercê do imperador.

Com isso, Juliano obteve as disposições simbólicas que necessitava para negociar a entrada dos francos no império – entrada esta, vale ressaltar, de tropas francas no exército, não dos camponeses na *Toxiandria* – e conseguir seus recrutas. Libânio, em sua oração em honra a Juliano exalta como o imperador soube somar ao império a força descomunal dos francos, guerreiros temíveis (Libanius. *Oratio* iii). Juliano fortaleceu o exército no ocidente e, quando foi chamado para conferenciar com Constâncio – o que poderia ou não ser a armadilha para executá-lo – este exército fortalecido se rebelou e elevou o César à púrpura (Am. Marc. *Rer. Gest.* XX, 4). Quis o destino que Constâncio morresse antes de um confronto com Juliano (361), que imperou absoluto até sua morte em 363.

## VI.

O processo de integração dos bárbaros no império romano é ainda hoje um campo aberto para a história. A integração das necessidades do dia, do sistema imperial e das disposições simbólicas de recepção pode fornecer um aparato interpretativo eficiente para se compreender as significações atribuídas pelos agentes ao processo.

Vimos que o progresso dos francos para dentro do império era um movimento inexorável, motivado por uma estrutura de longa duração e uma busca de equilíbrio entre um centro desenvolvido e sua periferia. Vimos também que a este fluxo de imigrantes é oferecida pelo império romano uma possibilidade de integração, através da atividade militar que há bastante tempo fornecia um vocabulário comum para as duas margens do Reno. Este contingente assimilado ganhava uma importância militar no interior do império romano e por esta uma importância política nos jogos de poder entre imperadores, pretendentes e usurpadores.

O contexto da migração franca é muito mais amplo do que sua situação no séc. IV. É fruto de um processo de longa duração, que engendrou um sistema no qual um centro desenvolvido atrai sua periferia. Este movimento migratório é recebido dentro do império romano pelo exército, que articula a integração dos elementos estranhos ao sistema imperial romano. Em um quadro mais imediato, a incorporação de bárbaros ao exército fortalece determinadas divisões e conseqüentemente os generais que as comandam. Por todo o séc. IV, gerações de bárbaros forneceram o material humano para as guerras civis do império. O caso de Juliano com os francos do Meuse é um caso bastante típico, no qual se fez funcionar o sistema de cooptação romano. Nossa estranheza emerge da diferença de códigos entre nós e os antigos. Para compreendermos a relação entre Juliano e os francos, é necessário ter em mente que ela opera por processos simbólicos outros que os que nos são familiares. E, ao que parece, também não colocavam os francos em uma boa posição, uma vez que estes também foram vítimas de uma interpretação errada.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes primárias

MARCELLINUS, AMMIANUS. *Rerum Gestarum* in: NISARD, M. (Dir.) *Collection des Auteurs Latins*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères. 1855.

ANÔNIMO. *Vita sancta Genovefae virginie Parisiensis*, M.G.H. SS.R.M., t. III, Hannover, 1896 pp.204-38.

CLAUDIUS, CLAUDIUS. *Panegyricus Stilicho* in: *Claudian*. London: W Heinemann, 1956

LIBANIUS, Oratio. Disponível em:

[http://www.earlychristianwritings.com/fathers/libanius\\_monody.htm](http://www.earlychristianwritings.com/fathers/libanius_monody.htm)

acessado em 28/05/2007.

### Fontes secundárias

BALANDIER, Georges. *Pouvoir, sur scenes*. Paris: Balland, 1980.

BURNS, Thomas. *Barbarians within the Gates of Rome*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1994.

GEARY, Patrick. *Before France and Germany*. New York: Oxford University Press, 1988.

HEDEAGER, Lotte. *Empire, Frontier and the barbarian hinterland: Rome and northern Europe from 1-400*. In: ROWLANDS, M; LARSEN, M. &

- KRISTIANSEN, K. *Center and Periphery in the Ancient World* Cambridge: Cambridge University Press, 1987, pp. 125-140.
- ROUCHE, Michel. *Clovis*. Librairie Arthème Fayard, Paris, 1996.
- WOLFRAM, Herwig. *The Roman Empire and its Germanic People*. (tradução de *Das Reich und die Germanen*, por Thomas Dunlap.) Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1997.